



O Referendo das Armas no Brasil: análise da reportagem “Referendo da Fumaça” na Revista Veja do dia 05 de outubro de 2003¹

Geórgia PEREIRA²
Universidade Estadual de Londrina

Resumo

As pesquisas em comunicação ampliaram o campo de atuação e permitiram estudos com análise a longo prazo. O aprofundamento sobre a dinâmica do jornalismo esclareceu alguns processos que influenciam na elaboração diária das redações. Para este trabalho, a Teoria do Newsmaking descortina os passos presentes durante a elaboração do produto final, ou seja, a reportagem. Por meio deste estudo, é possível detectar as formas de produção, a ideologia do jornalista, presente nas entrelinhas, e principalmente, o posicionamento da Revista Veja quanto ao assunto do Referendo do Desarmamento realizado no Brasil no ano de 2005.

Palavras-chave newsmaking; comunicação; elaboração; revista Veja

1. Introdução

A palavra mídia tem origem no latim e significa meio, ponte, ou seja, sua função seria a de interligar as facetas de um mesmo assunto, sendo um meio entre a informação e o indivíduo que vai recebê-la. Nesse contexto, teoricamente, subentende-se que, grande parte dos veículos de comunicação, (especialmente os de grande circulação) deveria servir como uma mídia que apresentasse ao público a informação e, além disso, a pluralidade que ela pode conter dando suporte para o indivíduo analisar o que recebeu. Contudo, não é isto que se percebe na Revista Veja. Meio de grande penetração na sociedade, ela é referência de informação para muitos brasileiros, tem grande aceitação, mas carrega determinada dose de intenção ao elaborar e noticiar os assuntos.

Neste trabalho, pretende-se descortinar algumas ferramentas usadas por este veículo na elaboração da reportagem “Referendo da Fumaça” (Veja de 5 de outubro de 2005 – edição 1925) que trata sobre a campanha do desarmamento no Brasil no ano de 2005. Para tal análise, a Teoria do Newsmaking tem condições de mostrar como ocorreu a escolha e elaboração da matéria. Neste caso, o embasamento teórico revela as intenções do jornalista, as técnicas usadas na construção do seu texto que mascaram a

¹ Trabalho apresentado na Divisão Temática de Jornalismo, da Intercom Júnior – Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² É acadêmica do quarto ano de jornalismo da Universidade Estadual de Londrina - UEL - georggia_pereira@hotmail.com



informação e escancaram sua parcialidade diante do assunto. Esta análise tem a intenção de tratar de temas relacionados à *communication research*, ou seja, das pesquisas em comunicação, que apresentam possíveis explicações para o funcionamento da mídia e sua relação com o público.

2. Histórico sobre o referendo do comércio de armas

No dia 23 de outubro de 2005, a população brasileira foi convocada a comparecer às urnas para votar a favor ou contra o desarmamento dos cidadãos civis. O slogan da campanha do Referendo sobre o Desarmamento definia “O comércio de armas de fogo e munição deve ser proibido no Brasil?”. Os brasileiros compareceram às suas respectivas zonas eleitorais para defender a opinião sobre a questão.

Tal determinação foi analisada ainda em 2003, no momento da criação do Estatuto do Desarmamento que regulamenta alguns tópicos da Lei 10.826/2003 sobre o registro, posse, comercialização de armas de fogo e munição. Depois que o Estatuto entrou em vigor, a regularização de armas ficou mais complicada, porque o indivíduo precisa comprovar que necessita dela para sua segurança. A nova lei restringiu o porte de armas apenas para profissionais pertencentes às Forças Armadas, policiais, empresas de segurança e vigilantes.

3. A reportagem

Com o título de “Referendo da Fumaça”, o repórter inicia apresentando o posicionamento da revista, ou seja, negando a proibição do comércio de armas de fogo no Brasil. “Veja acredita que a atitude que melhor serve aos interesses dos seus leitores e do país é incentivar a rejeição da proposta de proibição” (edição 1925 p. 77). Ao usar ao nome da revista, o jornalista realiza um processo de particularização do conteúdo. É o que é apresentado como a

personalização da notícia ‘que’ conduz, assim, tanto ao endeusamento quanto à execração individualizada dos agentes sociais, mantendo verdadeiros suportes, as classes e agrupamentos estruturais maiores, totalmente distantes dos fatos e suas implicações (MARCONDES FILHO, 1989, p. 46).



Neste caso, a revista condena a posição do Sistema Legislativo Brasileiro pela elaboração da lei Nº 10.826, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, além de criticar a forma de elaboração da pergunta para o referendo de 2005. Segundo Veja a questão “O comércio de armas de fogo e munição deve ser proibido no Brasil?” gera confusão no eleitor brasileiro, já que, ao interpretar de forma errônea a frase, ele pode votar enganado. Em outro momento, a matéria apresenta exemplos ocorridos na Suíça (país que tem tradição em realizar eleições populares como esta), e alerta que tal nação aprendeu a não pedir à população para decidir sobre questões complexas que exijam “competência técnica e estudos detalhados” (edição 1925, p. 78).

Diante de tal posicionamento, a Teoria do Newsmaking apresenta dois elementos: o impacto que tal assunto tem sobre a nação e a relevância do tema quanto a uma evolução futura. O referendo, durante este período, foi amplamente discutido, e estava diretamente ligado ao cotidiano das pessoas, uma vez que, cidades classificadas como violentas eram o alvo para incentivar a campanha. A teoria mostra que o significado do fato intensifica seu valor notícia. Wolf (2003, p. 202) aponta que a “[...] importância de um acontecimento, ‘é’, portanto, o grau do poder institucional, o relevo de outras hierarquias não institucionais, a sua visibilidade”. Já o impacto que o assunto gerava, era de uma mudança à longo prazo, para diminuir o índice de criminalidade no país, um desejo da maioria dos brasileiros. Em outras palavras o referendo das armas tinha grande interesse nacional.

Para analisar este assunto e atentando para a evolução da Teoria do Gatekeeper ao Newsmaking, é possível identificar que o processo de escolha da notícia depende da formação do profissional e isso influencia na seleção do material a ser divulgado. Além disso, a elaboração da mensagem acontece de acordo com o formato exigido pelo meio, e não necessariamente atendendo a necessidade do público.

A pesquisa sobre newsmaking – que se propõe esclarecer as boas razões organizativas para notícias que não o são, permite, por conseguinte, explicar adequada e aprofundadamente a distorção informativa que os fatores organizativos e estruturais constantemente produzem e reproduzem (WOLF, 2003, p. 243).



Ou seja, ao chegar à redação, o material fica nas mãos dos jornalistas e dos responsáveis pela sua seleção. Depois de todo o trabalho de produção e elaboração do que será noticiada, a informação original, pode sofrer alterações de sentido.

Mais que isso, a teoria também comprova que “na seleção e na filtragem das notícias, as normas ocupacionais, profissionais e organizativas parecem ser mais fortes do que as preferências pessoais” (WOLF, 2003, p.181). No caso analisado, falar sobre o referendo do desarmamento era inevitável, uma vez, ele estava prestes a acontecer (a matéria foi lançada no dia 5 de outubro e a votação aconteceria no dia 23 do mesmo mês), e sua repercussão atingia uma escala nacional, chegando, em alguns momentos a ser global.

A atuação do jornalista ultrapassa a simples idéia de recusar ou aceitar determinado conteúdo, mas perpassa a noção que sua escolha pode influenciar o controle da informação, o modo de sua elaboração e difusão dessa mensagem. É o que a Teoria do Newsmaking classifica como “Routines Produtivas”.

[...] compõem-se de diversas fases, que variam segundo a organização do trabalho específico de cada redação e de cada meio de comunicação. Só é possível ilustrar aqui as fases principais da produção informativa cotidiana: [...] a recolha, a seleção e a apresentação (WOLF, 2003, p. 218).

É a dinâmica do processo de trabalho com a informação na sua captura, na seleção do conteúdo adquirido e na elaboração para sua veiculação. Contudo, as preferências da seleção das notícias prevalecem sobre o interesse do público. “A participação dos receptores não é procurada. O público que se satisfaça com o que lhe é oferecido” (MARCONDES FILHO, 1989, p.16).

A reportagem de capa da edição 1925 apresenta um conteúdo que reforça uma posição contrária ao referendo. Com o título o “Referendo da Fumaça”, o repórter Jaime Klintowitz começa a matéria atacando: “A pergunta que será feita no referendo das armas é um disparate. Ela ilude o leitor. É uma trapaça, pois, mesmo que o sim vença por larga margem, o ‘comércio de armas de fogo e munição’ no Brasil vai continuar sendo exercido com todo ímpeto pelo contrabando em nossas porosas fronteiras e pelos eficientes agentes do mercado negro” (edição 1925, p.77). O jornalista distorce o assunto pelo fato de não apresentá-lo com seus pontos positivos e negativos, mas, quase única e



exclusivamente os aspectos negativos de tal votação. O texto já apresenta uma opinião formada e não dá possibilidades para que seu leitor tome a sua própria decisão. Tal iniciativa, não permite mostrar as facetas do assunto, mas sim focar no interesse da revista: defender o voto não para a proibição de armas de fogo e munição no Brasil.

4. A importância da noticiabilidade do referendo

Para produzir notícia, os meios de comunicação devem estar atentos a três obrigações: reconhecer o fato como notícia, elaborar maneiras de retratar o acontecimento e organizar os dados para apresentá-los de modo coerente e cronológico. No trabalho com as informações de massa, de acordo com a teoria do newsmaking, existem aspectos importantes: a atuação do profissional, que carrega consigo sua ideologia e as técnicas e táticas de trabalho, aliados às imposições que a profissão exige. Estas

determinam a definição de notícia, legitimam o processo produtivo, desde a utilização das fontes até a seleção dos acontecimentos, às modalidades de confecção [...] Estabelece-se, assim, um conjunto de critérios, de relevância que definem a noticiabilidade (newsworthiness) de cada acontecimento (WOLF, 2003, p.189).

Dentro desse contexto, o ato de perceber o que é noticiável, está diretamente relacionado ao processo produtivo dos jornalistas, ou seja, notar quais fatos são relevantes para se tornarem notícia. Este é, portanto, fruto do trabalho de análise e elaboração desse material que será transmitido ao público.

A revista Veja já tem uma longa história na sua linha editorial por encontrar a noticiabilidade em conteúdos que ela torna relevante e polêmico, à sua maneira. A atuação do profissional neste veículo visa defender a ideologia da publicação, e durante a elaboração das matérias, ele deve mostrar somente as informações que são interessantes para o meio de comunicação, e para as pessoas ligadas a ele. O jornalista produz seu texto na intenção de satisfazer o veículo, seleciona as fontes que compartilham com o pensamento da empresa, para melhor moldar a apresentação do que ele tem em mãos. É o que o jornalista Jaime Klintowitz fez, ao entrevistar fontes que tem o mesmo posicionamento do veículo quanto à votação no referendo sobre o comércio de armas no Brasil. Foram entrevistados ex-secretários de Segurança Pública, profissionais de pesquisa de mercado, secretários de justiça, pesquisadores, um



economista, dois professores, todos, em unanimidade, defendendo razões para votar não no dia do referendo. A matéria se torna, portanto, uma

informação transformada em mercadoria com todos os seus apelos estéticos, emocionais e sensacionais; para isso a informação sofre um tratamento que adapta às normas mercadológicas de generalização, padronização, simplificação e negação do subjetivismo. Além do mais, ela é um meio de manipulação ideológica de grupos de poder social e uma forma de poder político (MARCONDES FILHO, 1989, p.13).

O processo de re-elaborar a informação e transformá-la em um produto, está diretamente relacionado ao poder que ela desempenha na sociedade, atendendo aos interesses da mídia que a veicula, em detrimento da necessidade e da função social que ela exerce.

A Teoria do Newsmaking classifica os valores-notícia (reconhecer o que é notícia e torna-la pública) em valores substantivos, que diz respeito à importância de noticiar determinado assunto, que neste caso se justifica, dado a sua relevância para a sociedade e sua ampla discussão acerca das armas de fogo no Brasil. Dentro da classificação dos valores substantivos é possível identificar:

- 1. níveis hierárquicos dos indivíduos envolvidos:** as figuras sociais desta reportagem são as do alto escalão, que formam alguns pilares da estrutura social e política brasileira: a classe dos policiais, o legislativo, a justiça, por exemplo.
- 2. impacto sobre a nação:** o conteúdo apresentado tem repercussão sobre a população, uma vez, que está diretamente ligado à segurança dos indivíduos.
- 3. proximidade:** o Referendo do Desarmamento atingia o Brasil como um todo, incentivando as pessoas a doarem suas armas para a polícia. É um contato direto entre os órgãos responsáveis pela recepção do material e a população agindo em favor da proposta do Estado. Embora este não seja o posicionamento da reportagem.
- 4. quantidade de pessoas envolvidas:** a mobilização em todo país era grande, tanto dos órgãos públicos, quanto da população que defendia ou não o posicionamento do Estado.
- 5. significância futura:** a intenção era a diminuição da criminalidade no país.
- 6. atualidade:** o referendo acontecia em menos de 20 dias, o que reforça a discussão sobre o tema.
- 7. interesse público:** a opinião do brasileiro do tema ainda estava sendo formada. Havia pessoas indecisas e o interesse pelo assunto era pertinente.



4.1 O retrato dos policiais

A reportagem também se encarrega de criticar os policiais. “Estão entre os mais improdutivos do mundo. No tempo gasto por eles para esclarecer um caso, seus colegas americanos desvendam nove e os ingleses resolvem quatorze” (edição 1925, p. 78). A matéria apenas apresenta as informações sem justificativas ou explicações do motivo que levam os policiais a se tornarem pouco eficientes, na visão da revista.

A fragmentação dos conteúdos e da imagem da realidade social situa-se, exactamente, entre esses dois movimentos: por um lado a extração dos acontecimentos do seu contexto; por outro, a reinserção dos acontecimentos noticiáveis no contexto constituído pela confecção, pelo ‘formato’ do produto informativo (WOLF, 2003 p. 244).

O processo de elaboração da notícia causa alterações no seu conteúdo e conforme o formato (seja para ser veiculada no rádio, TV, veículos impressos ou na internet) que ela for apresentada à sociedade, as distorções podem ser reforçadas. Como *Veja* é um material impresso permite o uso de textos mais longos, além de poder fazer uso de grandes fotografias, gráficos, boxes com informações adicionais sobre o conteúdo, para que, supostamente, o leitor tenha melhor entendimento sobre o assunto abordado. A reportagem completa tem 10 páginas e utiliza todos os recursos que lhe convém para convencer seu leitor.

Falar de uma estrutura de suma representatividade para a nação, como a dos policiais, justifica o destaque ao tema, e adentra no que a Teoria do Newsmaking trata com o valor-notícia, ou seja, elemento fundamental que caracteriza a noticiabilidade. O valor-notícia é uma das ferramentas para o profissional encontrar o material informativo, e nele destacar fatores relevantes que estejam atrelados às questões sociais. Analisar uma corporação como a Polícia Militar é de interesse de todos, para ter conhecimento sobre sua conduta e atuação. Além disso, suas ações têm impacto direto sobre a segurança nacional.



5. As sete razões para votar não: persuadindo o leitor

Em seguida, a reportagem ganha continuidade, apresentando “7 razões para votar não – A proibição vai desarmar a população e fortalecer o arsenal dos bandidos”. O desenho proposto na capa também provoca o leitor, pelo fato de mostrar que todas as armas de fogo, se voltarão contra ele. Neste caso, o armamento que está no comércio ilegal será o vilão contra o brasileiro, e este, estará desarmado, apenas pedindo paz.

A primeira razão defendida por Veja apresenta comparações de países desenvolvidos da Europa, como a Suíça, que novamente é parâmetro de comparação para mostrar que a venda de armas neste local é livre e o número de homicídios é muito baixo. Fazendo o contraponto, a Jamaica é apresentada como um dos países que banuiu a arma de fogo no país, mas nem por isso deixa de ser um dos países mais violentos da América. Aqui, a matéria não fica usando apenas discursos, e revela alguns dados concretos como exemplificação. No entanto, a comparação com realidades distantes da brasileira, permanece.

O segundo motivo apresentado pela reportagem para votar não no referendo do desarmamento revela o caso do estado do Rio Grande do Sul, que detém um dos maiores arsenais de armas em poder da população e registra um dos menores índices de homicídios do país. O texto encontra justificativas para a posse de armas, defende a classe dos agricultores que necessitam delas para se defender das invasões do MST. O preconceito ao Movimento Sem Terra está escancarado, e ainda faz uso de uma ironia afirmando “É por isso, com certeza, que os sem-terra apóiam o desarmamento” (edição 1925, p. 84), pois, segundo a matéria, se o proprietário de terra está desarmado, a ação do grupo fica mais fácil.

Logo abaixo, nestas duas páginas que abordam os dois primeiros argumentos contra o desarmamento, existe um box mostrando as “lições” dos países que já tentaram proibir as armas.

O terceiro argumento proposto pela edição de Veja apela para exemplos de políticas centralizadoras que existiram no mundo, e defende que “restringir o acesso da população às armas é uma das principais medidas de qualquer regime totalitário” (edição 1925, p.84). Ao afirmar isso, ela defende que a medida tomada pelo governo brasileiro é uma postura autoritária. Comparar momentos históricos distintos da atual conjuntura brasileira é negligenciar a postura do sistema governamental e legislativo do país de apresentar à população opções de escolha quanto à comercialização de armas no



território. Ainda nesta página, a reportagem mostra um box falando de uma das ações dos sem-terra, e afirmando preconceituosamente que João Pedro Stédile (líder do MST extremamente criticado por Veja) é favorável ao desarmamento.

A quarta razão tem como subtítulo “A polícia brasileira é incapaz de garantir a segurança dos cidadãos” (edição1925, p.85), mas o texto se restringe a falar das limitações do Estado em garantir o bem estar do cidadão, e que por isso, o indivíduo tem o direito de praticar a “legítima defesa”.

“A proibição vai alimentar o já fulgurante comércio ilegal de armas” é o título da quinta razão e foi um dos argumentos mais difundidos no incentivo ao não desarmamento da população. Os apontamentos usados foram que a consequência da proibição do comércio ilegal de armas vai intensificar o tráfico ilegal.

O sexto motivo proposto para dizer não no dia da votação do referendo, diz respeito aos números do comércio de armas no Brasil. A matéria traz dados sobre a produção do comércio legal no país, quem compra, para onde elas são exportadas e salienta que somente três mil armas ficam sob o poder de cidadãos comuns. “Todo o mastodôndico referendo foi criado, em última análise, para decidir sobre um reles arsenal de três mil revólveres e armas de caça vendidos por ano” (edição1925, p. 88).

A última razão defende que a premissa do referendo de proibir o comércio de armas de fogo no Brasil vai reduzir o número de armamento em circulação, é falsa. Segundo Veja, os bandidos e o contrabando encontram outras formas de obtê-las. Ela também ressalta que o número de homicídios não vai cair pelo simples fato das pessoas não terem uma arma em casa.

Diante dessas argumentações apresentadas pela reportagem, a Teoria do Newsmaking aponta outra classificação quanto ao Produto informativo: deve satisfazer a necessidade do público de maneira atraente, breve e bem explicada. Esse é um dos desafios diários da profissão. “Limitar as notícias aos seus elementos manifestamente mais óbvios é essencial” (WOLF, 2003, p. 206). E foi isso que a reportagem faz ao apresentar em textos curtos e com grandes imagens, as informações necessárias para convencer seu leitor.

Além disso, é notícia aquilo que foge do comum, que desrespeita regras, que ultrapassa limites de conduta, todo fato que altera a rotina. Nesse pensamento, o jornalismo tem uma tendência a privilegiar o que causa espanto e logo, se torna espetáculo. A intenção da reportagem sobre o Referendo do Desarmamento foi fazer o retrato de forma fragmentada, de rápida absorção. Ao apresentar os vários argumentos

em textos curtos, o leitor fica atraído pela rapidez da leitura e a idéia de estar bem informado.

6. As imagens internas

O veículo impresso apresenta vantagens ao divulgar amplas imagens e defender a idéia desejada. Na reportagem existe uma imagem pequena de uma arma (edição 1925, p.78), e uma flecha ligando e contrapondo a uma imagem de página inteira à direita com arsenal que estavam nas mãos de bandidos. Tal diagramação desvaloriza o ato de fornecer a arma do cidadão ao Estado, ou seja, a idéia de que de nada adiantará vender a sua arma, que o grande material bélico continuará em poder dos criminosos. O teórico da semiótica russa, Ivan Bystrina apresenta a formação de textos e imagens por dois pólos, em que o lado negativo se sobressai. “A polaridade existe, portanto, para facilitar a decisão, a atitude, o comportamento, a ação” (BYSTRINA, 2005, p.6). Nas imagens divulgadas, apontar essa dualidade, que já são mais que explícitos pelo fato de serem as escolhas entre o sim e o não, intensifica um dos lados, influenciando na decisão do leitor. “A pesquisa sobre newsmaking [...] permite, por conseguinte, explicar adequada e profundamente a distorção informativa que os fatores organizativos e estruturais constantemente produzem e reproduzem” (WOLF 2003, p. 243). O ato de evidenciar o material na página da direita e diminuir a fotografia da esquerda denota a intenção da edição de incentivar a concepção de que o maior armamento não está em poder dos civis, mas dos bandidos.

A foto de abertura também evidencia a proposta da matéria, ao mostrar um homem apontando sua mão, formando uma arma, contra a própria cabeça, ou seja, a revista tem a intenção de revelar que votar no sim, é apontar a arma pra si mesmo e se tornar refém do armamento que ficará sob poder de outros indivíduos da sociedade.

7. Considerações Finais

Diante da exposição, Veja deixa mais que explícito seu posicionamento à respeito do Referendo do Desarmamento no ano de 2005. A edição foi categórica ao negar a possibilidade de votar no sim, e fez uso de argumentos ideológicos para justificar o porquê do voto não.

Apesar dos pontos negativos apresentados nesta análise, se a reportagem trabalhasse de forma menos tendenciosa os questionamentos acerca do assunto, o conteúdo ficaria menos parcial e mais atrativo. A matéria apresenta o referendo como



uma situação para camuflar um problema maior no Brasil: a criminalidade e ineficiência da polícia. Contudo, no seu discurso inicial, Veja não apresenta dados que possam comprovar tal posicionamento. Ao longo das duas páginas e meia de texto, o jornalista faz uso de falas arbitrárias, com forte poder ideológico para convencer o leitor de que a revista está certa. A carência de dados, de uma pesquisa que justifique a sua conduta, torna a matéria demagoga.

Nas páginas finais, em que é possível encontrar as razões apresentadas pela reportagem, já existem alguns argumentos que possam convencer o leitor, em função dos números apresentados quanto à experiência de outros países sobre o mesmo assunto. Todavia, os apelos às realidades díspares da brasileira soam como elementos ideológicos para convencer o leitor indeciso sobre o assunto.

O texto usado é dono de uma ironia, que foge do contexto jornalístico previsto e até mesmo aceitável, para um veículo de circulação semanal, como uma revista. Não que ela não possa tratar de assuntos fazendo uso dessas ferramentas, mas o conteúdo abordado não é uma coluna, onde o dono pode expor livremente o que pensa. Trata-se de uma matéria com grande fôlego, que deveria orientar a população e não ficar usando apenas posicionamentos ideológicos defendidos pelo veículo.

O trabalho com a notícia necessita elaboração e sabe-se da dificuldade em manter a imparcialidade, pois, de uma forma ou de outra, a subjetividade pode estar presente. O jornalista precisaria estar a serviço do público, mas, a relação paradoxal que se acentua atualmente, é o desinteresse desse profissional que pensa pouco no alvo social e não tem interesse pelo leitor. A decisão da noticiabilidade fica sob o julgamento das necessidades do jornalista e do meio de comunicação, e Veja segue à risca tal pensamento.

É provável que o posicionamento da edição tenha influenciado a decisão do brasileiro: nas cinco regiões do país, o resultado deu maioria de votos não (63, 94%), ou seja, respondendo a pergunta do referendo, o comércio de armas não foi proibido no Brasil. Com esta decisão, continuou vigorando desde dezembro de 2003, o Estatuto do Desarmamento que restringe o porte de armas ao cidadão comum. Ele só poderá portar se conseguir provar à Polícia Federal que necessita de uma arma em função de sua atividade profissional (pessoa que trabalha à noite em uma área de risco, por exemplo). Para organizações como as Forças Armadas, policiais, vigilantes da segurança privada, colecionadores, atiradores esportivos, estes permanecem com a autorização.



Bibliografia

1. WOLF, Mauro – **Teorias da Comunicação** – Editorial Presença, Lisboa, outubro de 2003, 8º edição.
2. MARCONDES FILHO, Ciro - **O capital da notícia – Jornalismo como Produção Social da Segunda Natureza.**– Editora Ática São Paulo, 1989.
3. BYSTRINA, I. **Tópicos de semiótica da cultura.** São Paulo: Cisc (pré-print), 2005.